DIGA NÃO AO FIM DOS SERVIÇOS PÚBLICOS! DIGA NÃO À PEC 32/2020



Não à Contrarreforma Administrativa!
Privilegiados são os banqueiros!

ÍNDICE

Introdução	**Pág. 3**
Origem das Contrarreformas	**Pág. 5**
Origem dos direitos trabalhistas e sociais	**Pág. 6**
Desrespeito e desmonte da Constituição: não querem deixar pedra sobre pedra!	**Pág. 7**
Veja como o governo está agindo e o que vai acontecer se conseguirem aprovar a PEC 32 que trata da contrarreforma administrativa!	**Pág. 8**
O governo esconde os documentos, as etapas do seu projeto e a maior parcela dos gastos financeiros do governo!	**Pág. 9**
Crise fabricada	**Pág. 13**
Dívida pública e sangria do dinheiro da população	**Pág. 16**
Redução dos Gastos Públicos ou extinção de serviços públicos essenciais?	**Pág. 21**
E quem ganha e quem perde com isso?	**Pág. 22**
Princípio da subsidiariedade: o diabo mora nos detalhes!	**Pág. 22**
Sistema da Dívida, a maior corrupção que existe!	**Pág. 24**
Sucateamento e destruição do Estado para beneficiar banqueiros e grandes empresários	**Pág. 25**
Superpoderes para os presidentes de plantão extinguirem órgãos públicos, sem nenhuma discussão!	**Pág. 26**
Pressione deputados, deputadas e demais parlamentares, diga não à contrarreforma administrativa do governo!	**Pág. 27**

INTRODUÇÃO

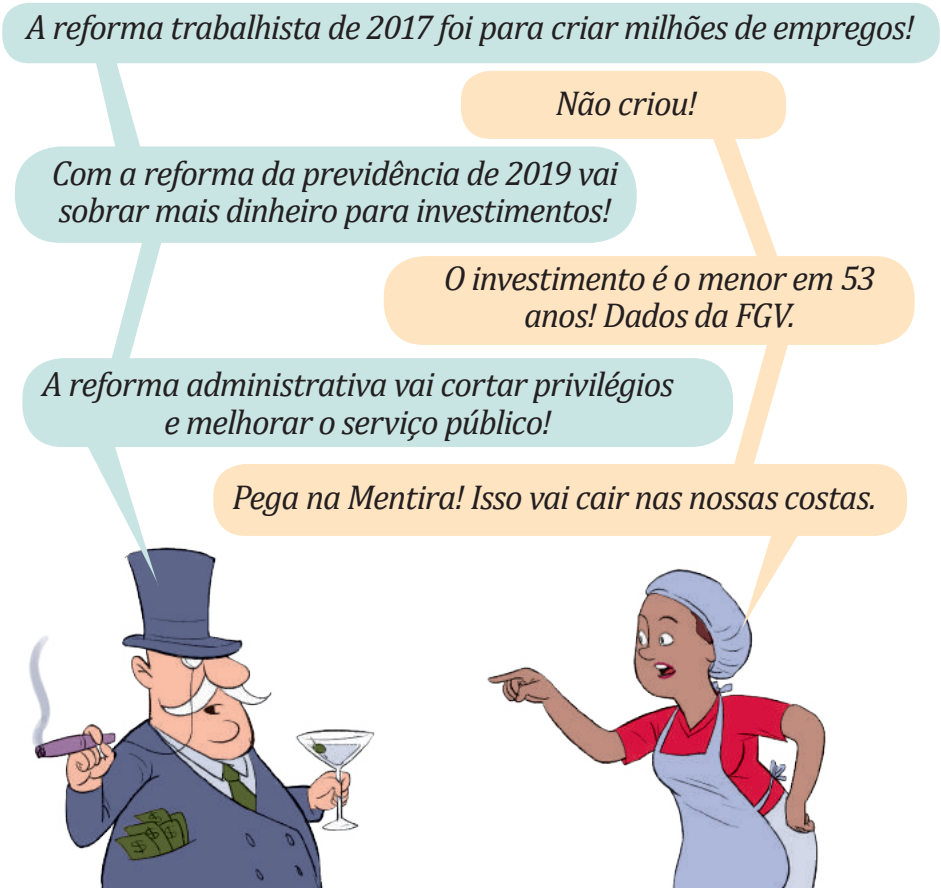
A Constituição Federal é a Lei maior do país. Quando se altera a Constituição se mexe em coisas muito importantes.

Alterações para melhorar são sempre bem vindas. Mas, não vamos nos iludir. O objetivo do governo, com diversas propostas de alteração da Constituição, não é reformar para melhorar. O objetivo é acabar com os serviços públicos e transformar profundamente o papel e as obrigações do Estado. Por isso chamamos a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 32, de 2020, de Contrarreforma Administrativa.

Nos últimos anos o Governo Federal encaminhou muitas propostas de emenda constitucional para o Congresso, como a EC-95, que estabeleceu rebaixado teto de gastos sociais, mas, deixou sem teto ou limite algum os gastos com a chamada dívida pública. Enviou também a contrarreforma da previdência (Emenda Constitucional 103), aprovada na base do toma lá dá cá e quem perdeu foi a população brasileira, com a extinção, redução ou adiamento de direitos previdenciários e benefícios assistenciais.

Em plena pandemia foi aprovada a PEC 186/2019, transformada na Emenda Constitucional - EC 109/2021, que antecipou medidas da "reforma administrativa", dificultando a contratação de médicos, médicas, professores, professoras, dentre outros servidores e servidoras públicas essenciais à vida da população, e impedindo reajustes dos seus salários e outros direitos básicos. Com a EC 109 a política recessiva do ajuste fiscal foi parar na Constituição e exige contínuos cortes em gastos e investimentos públicos para que sobrem

cada vez mais recursos para a chamada dívida pública, como pode ser visto no artigo: *https://auditoriacidada.org.br/conteudo/extra-classe-pec-186-concede-privilegios-ao-mercado-e-esmolas-para-o-povo-por-maria-lucia-fattorelli/*



A Auditoria Cidadã da Dívida enviou uma interpelação extrajudicial aos parlamentares, para que eles não possam alegar que não tomaram conhecimento dos graves danos de ordem econômica, financeira, jurídica e social embutidos

na PEC 186 e na PEC 32. Confira em: *https://auditoriacidada.org.br/conteudo/interpelacao-extrajudicial-a-deputadosas-federais-pec-186-2019-e-pec-32-2020-08-03-2021/*

Nesta Cartilha vamos tratar da PEC 32, para que você entenda como essa proposta de alteração da Constituição é grave e irá afetar a sua vida! Fique de olho! Lute!

Origem das Contrarreformas

As contrarreformas são impostas pelo banco privado BIS (Banco de Regulações Internacionais), denominado Banco Central dos Bancos Centrais. Esse banco foi criado em 1930, mas ele fica escondido, pois quem representa os seus interesses em todo o mundo são o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional - FMI, dentre outras instituições internacionais.

Esses bancos estrangeiros não têm como objetivo ajudar a resolver os problemas da Administração Pública no Brasil. O objetivo deles é favorecer ainda mais os interesses do setor financeiro privado, em prejuízo da população.

A PEC 32 não é uma simples emenda à Constituição. É a alteração total do papel do Estado e do funcionamento da Administração Pública, previstos na Constituição brasileira, que vem sendo duramente atacada desde que passou a valer em 1988, quando foi chamada de Constituição cidadã. Querem que ela passe a ser a Constituição ultraliberal, voltada para os interesses das grandes corporações, ou seja, das grandes empresas e bancos.

A PEC 32 não atinge apenas os servidores e servidoras pú-

blicas! Atinge em cheio os direitos da população aos serviços públicos de saúde, educação, segurança, saneamento básico, terra, trabalho e salário digno, esporte, cultura e lazer.

Origem dos direitos trabalhistas e sociais

Há apenas 133 anos, em 1888, foi legalmente abolida a escravidão no Brasil.

Há apenas 87 anos, em 1934, foram assegurados na Constituição Federal os direitos trabalhistas e os direitos sociais para as classes populares.

Embora esses direitos fossem resultado das lutas e reivindicações da classe trabalhadora, eram anunciados como doação do governo, especialmente nas comemorações anuais do dia primeiro de maio.

Com a Constituição Federal de 1988, graças à luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, se busca assegurar os direitos sociais não só na lei, mas na prática, assegurando as fontes de recursos financeiros para garantir sua efetiva aplicação.

Essas conquistas são tão importantes que foram definidas no artigo 60 da Constituição Federal de 1988 como cláusulas pétreas, ou seja, normas constitucionais que não podem ser alteradas nem mesmo por emendas à Constituição.

Dentre as cláusulas pétreas estão os direitos e garantias fundamentais, que incluem os direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Desrespeito e desmonte da Constituição: não querem deixar pedra sobre pedra!



O poder financeiro, que de fato manda no Brasil, não tem compromisso com o nosso país; nunca aceitou essas conquistas da classe trabalhadora e da população em geral.

Tanto é assim que de 1988 para cá, ao invés da regulamentação e garantia dos direitos, o que se viu foi a crescente retirada de direitos da Constituição por meio de várias emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias que na prática buscam fazer com que os direitos contidos nas cláusulas pétreas não tenham nenhuma validade.

Os direitos e serviços públicos essenciais ao desenvolvimento da sociedade não têm sido vistos como investimentos sociais, e sequer foram garantidos plenamente, embora o Brasil seja um país muito rico em todos os aspectos e tenha muito dinheiro em caixa para garantir tais direitos à população, que tem arcado com altos impostos. E, assim, é crescente a indignação da população.

Com a PEC 32 o governo quer aplicar o golpe derradeiro e extinguir os serviços públicos como direito da população e obrigação do Estado! Isso em plena pandemia, com mais de 400 mil pessoas mortas até abril.

Veja como o governo está agindo e o que vai acontecer se conseguirem aprovar a PEC 32 que trata da contrarreforma administrativa!

O que o governo está escondendo? Desrespeito ao princípio constitucional da publicidade.

Documentos sigilosos

A PEC 32 transforma profundamente a administração pública para atender os interesses do setor privado e não da população brasileira.

E o governo quer fazer isso escondendo informações fundamentais! Ele decretou que os documentos técnicos e legais que servem de fundamento para sua proposta fiquem em sigilo e só sejam conhecidos depois da votação da PEC 32 no Congresso, como foi noticiado pela imprensa (veja matéria aqui: *https://bit.ly/3iiVryK).* Isso é ilegal e fere o princípio constitucional da publicidade.

Por que os deputados, deputadas, senadores, senadoras e a população não podem ter conhecimento integral dos documentos utilizados pelo governo para elaborar as mudanças que ele quer fazer na Constituição e na administração pública do Brasil?

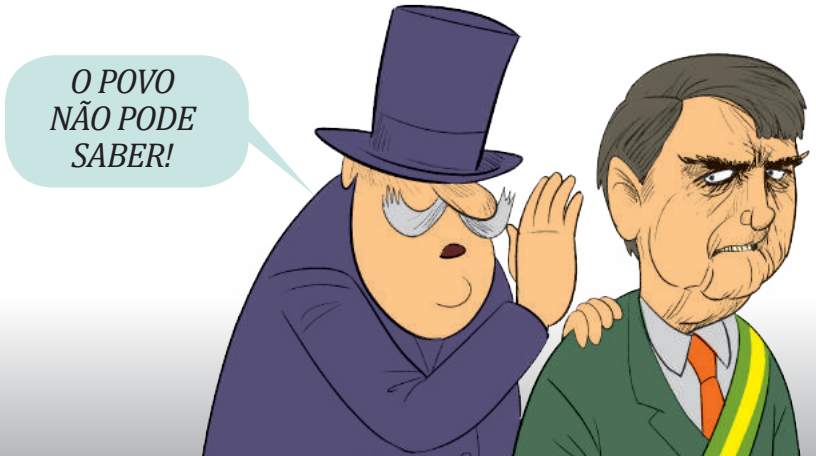
Maldades ainda maiores estão escondidas!

E não são só os documentos que o governo está escondendo não! Ele está escondendo o seu projeto como um todo! A PEC 32 é apenas a primeira etapa, como o próprio governo afirma.

O governo quer fazer uma "profunda transformação do Estado", alterando o seu papel, de forma sigilosa e ilegal, para que a população não reaja e fique acreditando nas suas mentiras.

O governo esconde os documentos, as etapas do seu projeto e a maior parcela dos gastos financeiros do governo!

Na PEC 32 ele utiliza dados parciais do orçamento federal (estimativas de arrecadação e despesas) e deste modo esconde a maior parte dos gastos públicos, que são os gastos financeiros com a dívida pública. Para quê? Para não mostrar quem é o verdadeiro responsável pelo rombo nas contas públicas do Brasil, que é o Sistema da Dívida, e jogar a culpa em servidores públicos.



Mas, como diz o ditado popular, a mentira tem perna curta!

O governo escondeu os documentos que utilizou para fazer sua proposta, mas ele mesmo colocou na justificativa da PEC 32 entregue ao Congresso, que utilizou dois estudos do Banco Mundial, que é um dos operadores do banco privado BIS.

O que diz o Banco Mundial? Que "*...o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social...*".

O governo sabe que essa afirmação é mentirosa, tendo em vista que o maior gasto público é com juros e amortizações da chamada dívida pública, uma dívida que eles – banqueiros e governos – não permitem que seja analisada. Por isso são contra a auditoria da dívida pública, ou seja, não querem que se faça um pente fino para descobrir que dívida é essa, que quanto mais se paga mais se deve, e quem se beneficia com essa dívida. De acordo com a Constituição Federal a auditoria deveria ter sido realizada desde 1989.

Os dados do Banco Mundial são estudos feitos por encomenda e contrariam objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como soberania, cidadania e a dignidade da pessoa humana.

O Banco Mundial defende a privatização e descaradamente prega o sucateamento da educação e da saúde públicas brasileiras.

E não é só o Banco Mundial que mente em relação aos gastos públicos no Brasil. O governo mente, manipula e leva a conclusões erradas.

No Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2021 que o

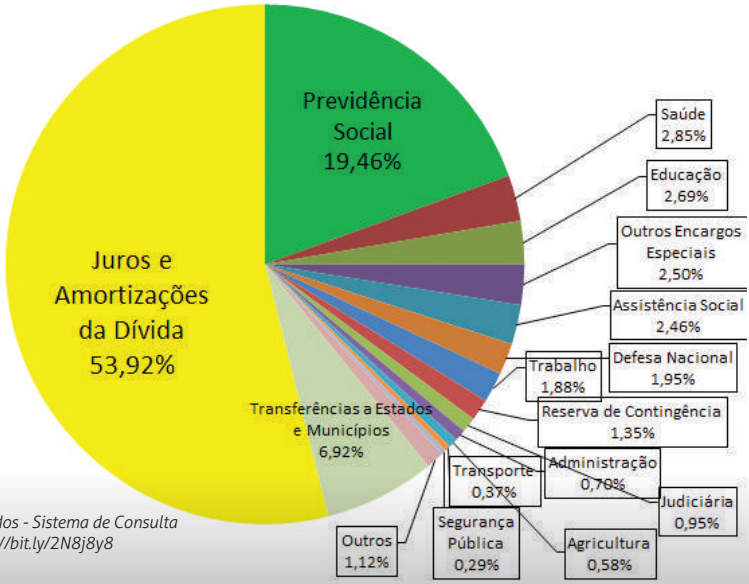
governo encaminhou ao Congresso Nacional consta a previsão com os gastos da dívida pública.

De acordo com a previsão do governo, esses gastos correspondem a quanto? Correspondem a 53,92 por cento do orçamento. Isso mesmo! Mais da metade de tudo que o governo pretende arrecadar em 2021 (com todas as receitas tributárias, financeiras, patrimoniais e comerciais) será destinada para o pagamento da chamada dívida pública.

Nas apresentações feitas pelo governo para convencer a opinião pública da necessidade de se aprovar a PEC 32/2020 o governo esconde esses gastos. E assim, propositadamente distorce os dados financeiros que respaldariam sua proposta de emenda constitucional.

A Auditoria Cidadã da Dívida analisou o PLOA 2021. Veja aqui: *https://bit.ly/2XHyA6n*

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
PLOA 2021 – VALORES PREVISTOS



Fonte: Banco de Dados - Sistema de Consulta a LOA 2021 - https://bit.ly/2N8j8y8

E mais, o governo tenta colocar nas costas dos servidores e servidoras públicas a responsabilidade pelos gastos públicos excessivos que, na verdade, são de responsabilidade do Banco Central e do Sistema da Dívida.

Sem nenhuma justificativa técnica o governo usa dados nominais em série de 12 anos, como se a inflação tivesse sido zero neste período. Com essa manobra afirma que os gastos com os servidores e servidoras públicas federais cresceu 145 por cento em 12 anos. Mas, quando se compara o gasto com pessoal em relação ao PIB (produto interno bruto) nos mesmos 12 anos o que se comprova é que não houve aumento, mas redução dos gastos. Uma queda de 4,54 para 4,34 por cento do PIB nos gastos com os servidores e servidoras públicas federais.

O PIB é a soma do valor de todos os bens e serviços produzidos no país em um ano, e sua variação mede o crescimento da economia.

Essa manobra do governo é mais um desrespeito com quem mantém o Estado e presta importantes serviços para a população.

Governo mente, também, sobre gastos públicos e quantidade de servidores e servidoras.

Nas apresentações feitas pelo governo para convencer a opinião pública da necessidade de se aprovar a PEC 32 o governo contradiz seus próprios órgãos de controle de informações e os dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Ao contrário do que alega, o Brasil não tem funcionários e funcionárias demais.

Isso é uma mentira! Das pessoas que trabalham no Brasil, apenas 12,1 por cento são do serviço público.

De 1991 a 2015 a população brasileira cresceu 35 por cento, passou de 151,6 para 204,5 milhões de habitantes. Neste mesmo período o número de servidores teve um aumento de apenas 8 por cento, passou de 661.996 mil para 716.521 mil. (*https://bit.ly/3ifFXeU)*

E de 2016 a 2020 a população cresceu 3 por cento, foi de 206,2 milhões para 211,8 milhões de habitantes. E o número de servidores reduziu 4 por cento. Foi de 627 mil para 601 mil. (*https://bit.ly/3vHOoow)*

O objetivo do governo é levar a maioria da população a ficar contra os servidores e servidoras públicas, que são essenciais para o funcionamento do Estado e para a prestação de serviços à própria população.

Veja quem são os verdadeiros responsáveis pela falta de dinheiro para os serviços públicos e para socorrer a população até em momentos de pandemia!

Crise fabricada

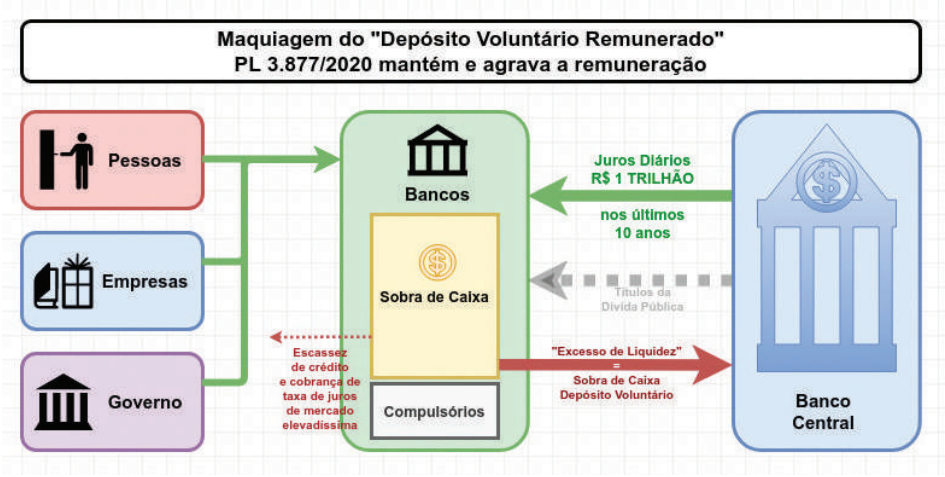
A responsabilidade pela crise que enfrentamos no Brasil desde 2015 é do Banco Central, que assim como o governo está a serviço dos banqueiros e não do Brasil e de sua população.

As medidas que o Banco Central adota para controlar a quantidade de moeda em circulação na economia, isto é, a sua liquidez, provoca prejuízos enormes para a população brasileira. E ganhos absurdos para os banqueiros, especial-

mente com a remuneração da sobra de caixa dos bancos, uma operação ilegal, principal responsável pela crise fabricada, como explicado em vídeo: *https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-pandemia-aprofundou-a-crise-fabricada--video-22-ehoradevirarojogo/*

Para que se entenda melhor!

O dinheiro de toda a população (pessoas, empresas e órgãos públicos) que está depositado nos bancos e que deveria retornar à sociedade sob a forma de empréstimos a juros baixos é a denominada sobra de caixa dos bancos. Em vez disso, os bancos só emprestam a juros altíssimos e ainda colocam muitas exigências para poder emprestar, pois preferem direcionar a sua sobra de caixa para depósitos junto ao Banco Central, sem prazo determinado. O Banco Central recebe esses depósitos dos bancos e entrega títulos da dívida pública no valor correspondente e paga juros diariamente aos bancos por isso. E de onde vem estes títulos que o Banco Central entrega aos bancos? Do Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional doa títulos para o Banco Central dar para os banqueiros e ainda paga juros por esses títulos. Em outras palavras, a população brasileira paga aos banqueiros por esses depósitos que na verdade são dinheiro da própria população. Com essa remuneração diária garantida os bancos não têm interesse em baixar os juros e emprestar o dinheiro para as pessoas e para as pequenas empresas.



E o que faz o governo federal diante disso?

Ao invés de punir os responsáveis pela fabricação da crise e pelo rombo aos cofres públicos quer aprovar o Projeto de Lei 3.877/2020 para legalizar e deixar sem limite essa remuneração fraudulenta que tem sido paga diariamente aos bancos.

A Auditoria Cidadã da Dívida fez vários folhetos, filmes curtos e até uma "novela" - ASSALTO AOS COFRES PÚBLICOS – para denunciar essa roubalheira. Veja aqui: *https://bit.ly/3bDeL8j* Fez também, uma INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL, que foi entregue via Cartório para os líderes dos partidos na Câmara dos Deputados. Confira aqui: *https://bit.ly/3nKR1Bu*

Dívida pública e sangria do dinheiro da população



Os sucessivos governos afirmam o tempo todo que não há dinheiro para nada, mas de 1995 a 2015, o governo federal gastou 1 trilhão de reais a menos do que o que arrecadou. Isso mesmo, fez uma economia forçada (chamam de superávit primário), para deixar mais dinheiro para pagamento da chamada dívida pública, ou seja, mais dinheiro principalmente para os banqueiros e grandes investidores.

E o que aconteceu com a dívida pública federal neste período de 20 anos? A dívida interna federal aumentou de 86 bilhões de reais para quase 4 trilhões. Veja dados do próprio Banco Central em: *https://bit.ly/3oLbLuk*

E, achando pouco, em dez anos, o Tesouro Nacional gastou quase 3 trilhões para sustentar o Banco Central. Veja em: *https://bit.ly/39z1ISH* Até o Tribunal de Contas da União já declarou que a dívida não serviu para investimento no país, conforme trecho de vídeo do Senado disponível em: *https://bit.ly/2NTPlJo*

Para completar, o Banco Central foi o principal responsável pela crise fabricada que derrubou o Produto Interno Bruto-PIB em cerca de 7% em 2015-2016, levou milhares de empresas à falência e milhões de pessoas ao desemprego (*https://auditoriacidada.org.br/conteudo/crise-fabricada-expande-o-poder-do-mercado-financeiro-e-suprime-direitos-sociais/)*, provocando o aumento brutal da dívida pública e a paralisação nos investimentos públicos.

Por isso o governo esconde as verdadeiras causas da queda do investimento público a partir de 2015, que não tem nada a ver com os gastos com servidores e servidoras públicas, que se mantém mais ou menos no mesmo nível. E ataca cada vez mais os servidores e servidoras públicas.

A população não deve acreditar nas mentiras. O governo nunca ataca as verdadeiras causas do rombo das contas públicas, que estão nos mecanismos que geram a chamada dívida pública e transformam o Banco Central em uma correia de transmissão de centenas de bilhões aos bancos todo ano.

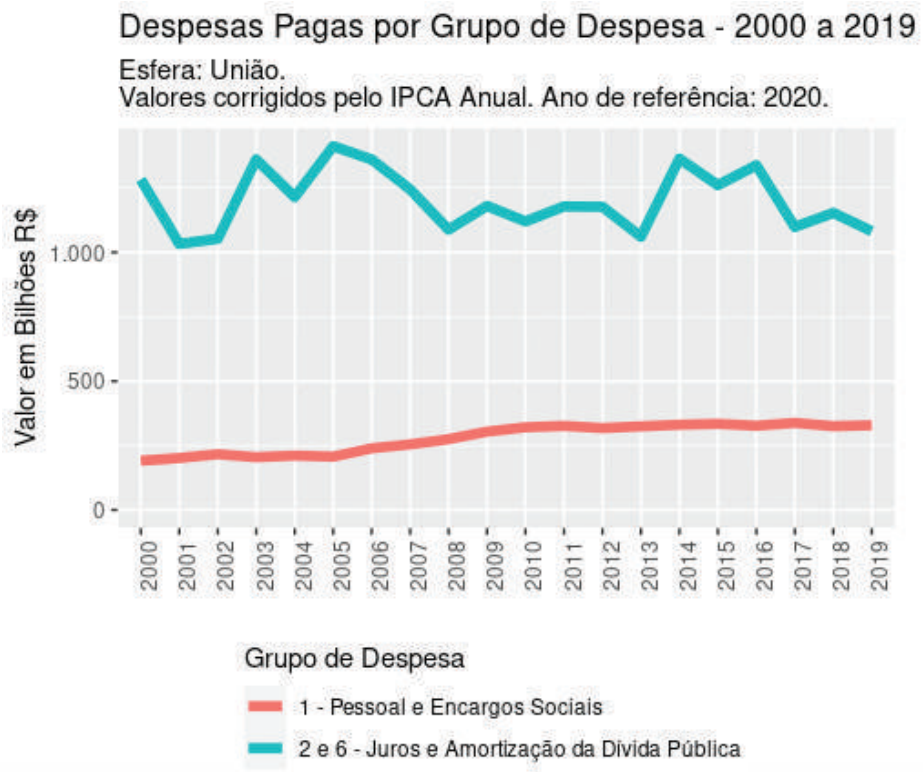
De acordo com dados oficiais, a grande maioria dos servidores e servidoras públicas federais, 77 por cento recebe salários de até 5 mil reais, valor inferior ao que deveria ser o salário-mínimo, de acordo com a lei e com os cálculos feitos pelo DIEESE, que é de 5.304,90 reais.

E a grande maioria dos servidores e servidoras públicas estaduais e municipais recebe até 2.000 reais apenas e tem grandes responsabilidades.

Além disso, servidores e servidoras públicas estão com os salários congelados desde 2016, devido à Emenda Constitucional 95.

Há 20 anos os gastos com servidoras e servidores públicos aparecem em uma reta praticamente constante, enquanto o verdadeiro rombo das contas públicas, que está nos gastos com a chamada dívida, aparece sempre acima do trilhão, e dando saltos, como mostra o gráfico seguinte.

E o que propõe o governo federal? Mais arrocho nos investimentos públicos e redução de salário, para que sobre mais para pagar a chamada dívida!



Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em: https://bit.ly/3idY3h4. Acesso em 17 set 2020.

A PEC 186, de 2019, já aprovada e transformada em Emenda Constitucional 109, coloca o ajuste fiscal no texto constitucional, condenando o Brasil, em todas as esferas (federal, estadual e municipal), à prática de política econômica recessiva, isto é, que leva à queda da produção, do emprego, da renda familiar. Essa EC 109 cria gatilhos automáticos para cortar investimentos sociais, serviços públicos e direitos de servidores e servidoras toda vez que o gasto com a dívida pública exigir mais recursos. Veja avaliação da Auditoria Cidadã da Dívida sobre esta PEC: *https://auditoriacidada.org.br/conteudo/extra-classe-pec-186-concede-privilegios-ao-mercado-e-esmolas-para-o-povo-por-maria-lucia-fattorelli/*

O que precisamos é enfrentar os privilégios do Sistema da Dívida e seus mecanismos, onde se encontra o verdadeiro rombo das contas públicas, principalmente porque essa dívida não tem servido para investimentos no Brasil. Veja o que diz a Auditoria Cidadã da Dívida sobre isso, em: *https://bit.ly/2Mv3lsZ*

Em vez de acabar com o que resta dos serviços públicos, o governo deveria acabar com os mecanismos que desviam dinheiro público para bancos.

A pandemia aprofundou a crise fabricada, como se pode ver em vídeo (*https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-pandemia-aprofundou-a-crise-fabricada-video-22-ehoradevirarojogo/* e escancarou a realidade cruel na qual vive boa parte da população brasileira. Mais da metade da população, 125 milhões de pessoas, pediu o auxílio emergencial.

Milhares de pessoas morreram e continuam morrendo sem atendimento médico, sem remédios, leitos, respiradores, oxigênio, vacinas.

Enquanto isso, o governo, tenta aprovar no Congresso Nacional a PEC 32, que desmonta o que resta do Estado brasileiro.

Isso mesmo, ao invés de desmontar as medidas e os mecanismos destruidores, que fazem parte da política monetária *(que visa controlar a quantidade de dinheiro em circulação)* operada pelo Banco Central, o governo prefere destruir o que resta de serviços públicos de saúde, educação, moradia, segurança, dentre outros, sacrificando ainda mais a população brasileira.

A PEC 32 aprofunda a Ditadura do Capital, que já se manifesta em vários aspectos e se aprofunda em plena pandemia. Veja maiores informações aqui: *https://bit.ly/38JLU0g*

As servidoras e os servidores públicos, inclusive, os aposentados e aposentadas são o principal alvo da PEC 32 e da recém aprovada EC 109, mas a principal prejudicada com essas medidas será a população que depende de serviços públicos.

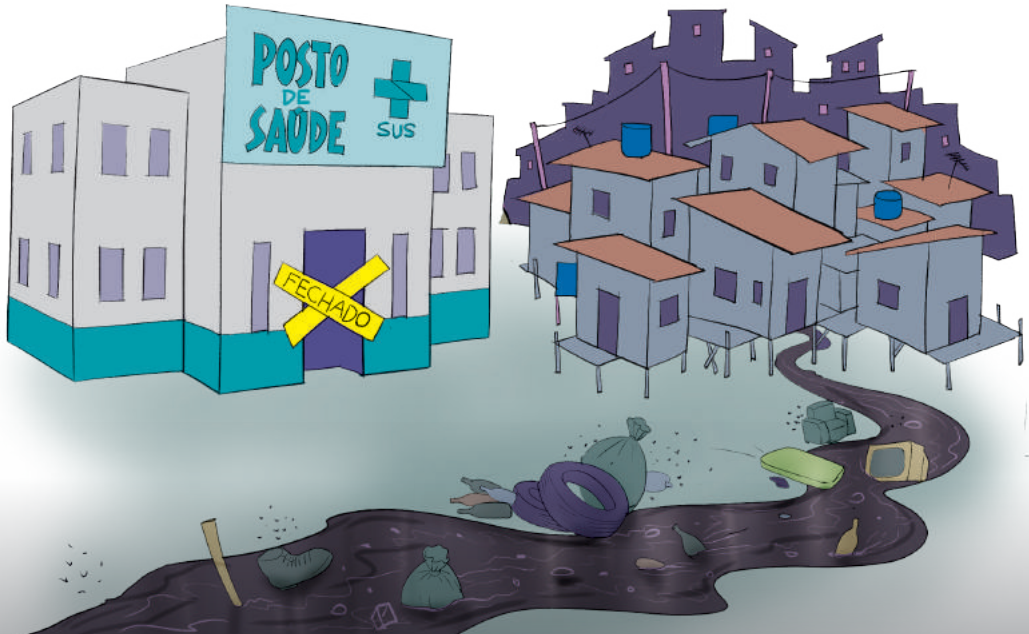
Todo o serviço público terá que ser reduzido drasticamente para que se cumpra o ajuste fiscal imposto pela EC 109. Por sua vez, se for aprovada a PEC 32 servidores públicos perderão estabilidade, planos de carreira, Regime Jurídico Único; terão que compartilhar atividades com terceirizados e instituições privadas, e poderão ter seu ministério extinto por simples canetada presidencial, dentre outras perdas. Veja aqui: *https://bit.ly/2LQ7nf2*

Redução dos Gastos Públicos ou extinção de serviços públicos essenciais?

O discurso do governo é de que com a aprovação da PEC 32/2020 haverá redução de gastos. Mentira! No caso de chefias – que serão preenchidas pelos amigos e capachos dos governantes de plantão, há risco de aumento incontrolável dos gastos.

Na verdade, se a proposta do governo for aprovada haverá redução é dos serviços públicos destinados à população; ou seja, redução do número de escolas, hospitais, dentre outros serviços públicos.

A ampla privatização dos serviços públicos forçará a sociedade a pagar caro por esses serviços, o que irá excluir a maior parte da população brasileira que vive na pobreza, ferindo frontalmente os objetivos fundamentais da República e os direitos sociais garantidos na Constituição Federal (artigos 3º e 6º).



E quem ganha e quem perde com isso?

O governo, como sabemos, defende os interesses da classe dominante que está no poder, e não da população em geral. Mas com a luta os trabalhadores, as trabalhadoras e a população em geral conseguem garantir direitos. Quando os direitos são assegurados na lei é mais fácil lutar por eles, inclusive, na justiça.

Por isso é que o governo vem tentando tirar da Constituição Federal e da legislação em geral, os direitos da população. Já fez isso com as contrarreformas da previdência social, trabalhista, EC 95, EC 109, e agora quer desmontar a estrutura do Estado com a PEC 32/2020, que é a contrarreforma administrativa. Essa proposta, se aprovada, vai prejudicar a prestação de serviços, deixando a população brasileira desamparada.

E quem irá se beneficiar com isso são os grandes empresários que exploram de forma privada e visam altos lucros com a saúde, a educação, a segurança pública. Ou seja, quem vai ganhar com isso é o setor privado, que só visa o lucro.

Princípio da subsidiariedade: o diabo mora nos detalhes!

O artigo 37 da PEC 32 altera profundamente os princípios que devem ser obedecidos na Administração Pública. E estabelece o princípio da subsidiariedade. O que isso significa? Que a prioridade para construir e manter escolas, pos-

tos de saúde, hospitais, universidades, centros de pesquisa, delegacias e presídios, serviços de correio, de energia, exploração e refino de petróleo, serviços bancários, produção e circulação do dinheiro, dentre outros serviços públicos, será das grandes empresas privadas.

A União, os Estados e os municípios atuarão apenas "nas sobras", ou seja, naqueles setores e locais que os empresários não tiverem nenhum interesse porque não dão lucro. Isso mesmo! O governo entregará de mão beijada para os sanguessugas do Estado os serviços públicos e somente onde eles não quiserem atuar, o Estado arca com o serviço. E qualquer problema que eles tiverem o Estado socorre e a população sofre as consequências, como vimos recentemente no apagão no Estado do Amapá. Pagaremos duas vezes: para o Estado com o pagamento de impostos e taxas e para os grandes empresários.

Vale lembrar que os grandes empresários, os banqueiros e grandes latifundiários têm os mesmos interesses e geralmente os mesmos negócios associados direta ou indiretamente. E que se beneficiam da dívida pública, que foi transformada em simples instrumento de desvio do dinheiro da população para o setor privado.

Sistema da Dívida, a maior corrupção que existe!



Há um verdadeiro Sistema da Dívida, como definiu Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. O instrumento de endividamento público está funcionando às avessas: em vez de servir para aportar recursos ao Estado, a dívida tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro, como pode ser visto em vídeo: *https://auditoriacidada.org.br/conteudo/video-17-ehoradevirarojogo/*



Aí está a maior corrupção que existe, funcionando com base em um conjunto de medidas legais e ilegais, que fazem com que boa parte do dinheiro da população, de tudo que é arrecadado pelo governo federal seja destinado para pagamento de juros e "amortizações" da dívida pública. De cada 100 reais arrecadados pelo governo federal, aproximadamente 40 reais vão para os bancos e grandes investidores. Para garantir essa sangria fraudaram a Constituição Federal de 1988. Incluíram no artigo 166 um privilégio para a dívida pública, ou seja, para ela não há limite de recursos e nem exigência de que a fonte de pagamento seja determinada no orçamento. Confira aqui: *https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-fraude-do-166/*

Sucateamento e destruição do Estado para beneficiar banqueiros e grandes empresários

Qual a justificativa técnica, legal, moral e ética para sucatear áreas tão essenciais à população como Saúde e Educação? Nenhuma!

A questão é política. É que as grandes empresas, mega corporações, já não consideram suficiente sugar o dinheiro da população através das benesses do Estado, como isenções, desonerações, incentivos fiscais, empréstimos bilionários a juros baixíssimos, privatizações, terceirizações, salvamentos bancários dentre outros.

Não basta ter seus/suas representantes nos Governos, no Legislativo, na Justiça! Não basta a impunidade diante de seus crimes, como os de Mariana, Brumadinho, Macapá e

Manaus com a falta de oxigênio, dentre inúmeros outros! Na fase atual do capitalismo elas querem assumir diretamente a gestão do Estado, assumindo os serviços privatizados e se apropriando de seus conhecimentos e demais riquezas.

É para isso que o governo está propondo através da PEC 32/2020 uma "profunda transformação do Estado".

Por isso é que o governo esconde e manipula os dados oficiais dele próprio e utiliza conclusões erradas do Banco Mundial, que afirmam que os gastos com a estrutura do Estado são excessivos, entre várias outras distorções. Mentira!

A pandemia desmascarou esse discurso mentiroso. Mesmo assim, o governo e os grandes meios de comunicação propagam essa mentira o tempo todo.

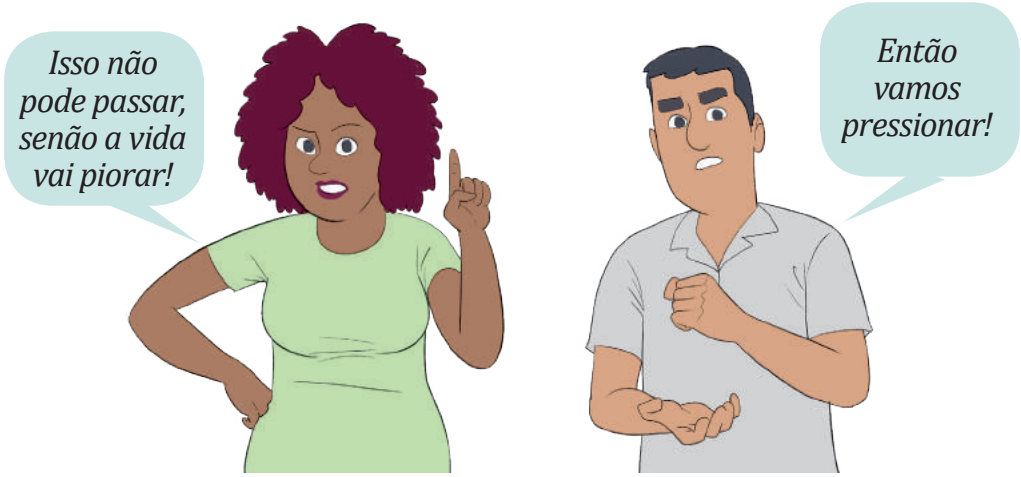
Superpoderes para os presidentes de plantão extinguirem órgãos públicos, sem nenhuma discussão!

É para continuar alimentando o Sistema da Dívida e mantendo a sangria do dinheiro da população que o governo quer aprovar a proposta de emenda constitucional - PEC 32/2020, que além de destruir os serviços públicos, dá poderes de imperador ao presidente de plantão e reduz o papel do Congresso Nacional.

Caso a proposta do governo seja aprovada, com um simples decreto presidencial, ou seja, com uma canetada e sem nenhuma discussão, o presidente poderá extinguir universidades, institutos e outros órgãos essenciais para a população.

Pressione deputados, deputadas e demais parlamentares, diga não à contrarreforma administrativa do governo!

Pressione, também, as lideranças sindicais, estudantis, movimentos sociais, pois somente a mobilização popular é capaz de derrotar a PEC 32, barrar os ataques e garantir vitórias e conquistas!



A PEC 32 aumentará ainda mais a terrível desigualdade social existente no Brasil. Os serviços sociais deixarão de ser gratuitos, devido à privatização generalizada prevista nessa proposta e, com isso, a maioria da população terá dificuldades ainda maiores de acesso aos serviços essenciais.

O objetivo do governo não é reformar para melhorar os serviços e a administração pública. É atender aos interesses de banqueiros e grandes empresários. É fazer com que os direitos sociais, os princípios constitucionais e os objetivos

fundamentais do Brasil, contidos na Constituição Federal, não tenham nenhuma validade.

Pressione os parlamentares! A lista de contatos (e-mails e redes sociais) dos parlamentares e outros materiais você encontra na página www.auditoriacidada.org.br

PEC 32/2020 não é Reforma Administrativa! É o fim do serviço público como direito da população!

REAJA! DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

APOIOS

- **ACD** – Auditoria Cidadã da Dívida
- **ADUA** - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas
- **ADUFES** - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
- **ADUFPI** - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí
- **ANDES-SN** - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- **AFIPEA** - Associação dos Servidores do Ipea e Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea
- **AFRESP** – Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo
- **ANED** - Associação Nacional dos Empregados da Dataprev
- **ANFFA Sindical** - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários
- **APRUMA** - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
- **APUBH** - Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco
- **ASFOC SN** - Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública
- **ASPAL** - Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
- **ASSIBGE/SN** – Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE - Núcleo Canabarro
- **ASSINEP** - Associação dos Servidores do INEP
- **ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIDOS PRA LUTAR**

- **ATENS-SN** - Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Instituições Federais de Ensino
- **ATENS/UFSM** - Seção Sindical dos Técnicos de Nível Superior da UFSM
- **CNASP** - Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos
- **CSB** - Central dos Sindicatos Brasileiros
- **CSPB** – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
- **CSP CONLUTAS** - Central Sindical e Popular Conlutas
- **CSPM** - Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais
- **FESSP-ESP** – Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo
- **FEIPOLCON** - Federação Interestadual dos Policiais Civis das Regiões Centro Oeste e Norte
- **FENAFISCO** - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital
- **FENAMP** - Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais e **ANSEMP** - Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público
- **FENAPRF** - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
- **FENASPS** - Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social
- **FETEC/CUT- PR** - Federação dos Bancários do Paraná
- **NPCTS-UNB/CEAM** - Núcleo de Políticas de Ciência, Tecnologia e Sociedade
- **NC-ACD** – Núcleo Capixaba da Auditoria Cidadã da Dívida
- **SINASEFE** - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
- **SINASEFE IFES** - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Sindical IFES
- **SINASEMPU** - Sindicato Nacional dos Servidores do MPU
- **SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO**
- **SINDCEFET- MG** - Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
- **SINDCOP** - Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária e demais Servidores do Sistema Penitenciário Paulista
- **SINDICONTAS/PR** - Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
- **SINDIFISCO/SE** - Sindicato do Fisco do Estado de Sergipe
- **SINDILEGIS** - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União
- **SINDILEX** - Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo
- **SINDIPETRO LP** - Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista
- **SINDMPU SECCIONAL SÃO PAULO** - Sindicato Nacional dos Servidores do MPU,

CNMP e ESMPU Seccional São Paulo

- **SINDPREV-ES** - Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Espírito Santo
- **SINDPREVS/PR** - Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência Social e Ação Social do Estado do Paraná
- **SINDPREVS/RN** - Sindicato dos Trabalhadores Federais em Previdência, Saúde e Trabalho do Estado do Rio Grande do Norte
- **SINJUS MG** - Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais
- **SINTRAJUD** - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo
- **SINTERGS** - Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul
- **SINTSPREV MG** - Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais
- **SINTUFSC** - Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina
- **SISPESP** – Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo

EXPEDIENTE

DIGA NÃO AO FIM DOS SERVIÇOS PÚBLICOS! DIGA NÃO À PEC 32/2020
NÃO À CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA!
PRIVILEGIADOS SÃO OS BANQUEIROS!

é uma publicação da Auditoria Cidadã da Dívida – ACD, do Núcleo Capixaba da ACD e do Instituto Genildo Batista – IGB.

Pesquisa e Redação: Lujan Maria Bacelar de Miranda
Contribuições ao Conteúdo: Maria Lucia Fattorelli
Revisão: Rodrigo Ávila e Rafael Muller
Fonte: Carta Aberta sobre a PEC 32 de iniciativa da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), disponível em https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-questiona-reforma-administrativa-pec-32-2020-deputados-membros-da-ccj/
Diagramação: CR Comunicação
Ilustrações: Auditoria Cidadã da Dívida - ACD e Marlon Ludovico
Edição: Maio de 2021

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA
Núcleo Capixaba – NC-ACD

nucleocapixaba.auditoriacidada@yahoo.com.br
nucleocapixaba.auditoriacidada@gmail.com
Telefone: (27) 98119-6320

IGB
INSTITUTO
GENILDO
BATISTA



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

/auditoriacidada.pagina
@auditoriacidadabr
@AuditoriaCidada
/auditoriadidada
auditoriacidada.org.br/
Auditoria Cidadã no Spotify